



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUSIII - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS**

SILMARA EVEN RODRIGUES DA SILVA MARQUES

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OS
SURDOS**

**GUARABIRA
2019**

SILMARA EVEN RODRIGUES DA SILVA MARQUES

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OS
SURDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Letras.

Área de concentração: Letramento e Ensino.

Orientadora: Prof.^a Esp Aline de Fátima da Silva Araújo

**GUARABIRA
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M357e Marques, Silmara Even Rodrigues da Silva.
O ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos [manuscrito] / Silmara Even Rodrigues da Silva Marques. - 2019.
33 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Profa. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo, Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC."
1. Educação dos surdos. 2. Língua Portuguesa como L2.
3. Métodos de ensino. I. Título
21. ed. CDD 371.912

SILMARA EVEN RODRIGUES DA SILVA MARQUES

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OS
SURDOS

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Letras.

Área de concentração: Letramento e Ensino.

Aprovada em: 29/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

Aline de Fátima da S. Araújo
Prof.^a Esp Aline de Fátima da Silva Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Débora Regina Fernandes Benício
Prof.^a Me. Débora Regina Fernandes Benício
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Danielle dos Santos Mendes Coppi
Prof.^a Me. Danielle dos Santos Mendes Coppi
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este Trabalho a minha Filha Laís Rodrigues Marques, a minha mãe Sandra Maria Rodrigues da Silva, ao meu pai José Edson Silva e a minha avó Therezinha Prazeres da Silva, pessoas que foram meu maior incentivo para concluir esta longa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu ter chegado até aqui.

A minha família por todo o apoio e compreensão, e que em todos os momentos sempre estiveram ao meu lado.

A minha colega da universidade Eliane Costa, que me ajudou com seu conhecimento a elucidar muitas das minhas dúvidas.

A minha Orientadora Aline que esteve lado a lado comigo me orientando a produzir este estudo.

A todos aqueles que direto ou indiretamente fizeram parte desta etapa tão importante da minha vida.

A liberdade foi inventada porque os humanos não são idênticos. Se fossemos todos gêmeos, esta noção de igualdade, que revela da moral e da política, não teria nenhum sentido. O que lhe dá seu valor e importância é que os indivíduos são diferentes. É a diferença que faz o sal da vida e a riqueza da humanidade.

François Jacob

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 UM OLHAR VOLTADO À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E SUAS METODOLOGIAS DE ENSINO	10
2.1 História da educação dos surdos no Brasil e a Legislação Vigente	13
3 A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS AULAS DE PORTUGUÊS	15
4 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS	17
4.1 As contribuições da Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos	19
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
7 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30
APÊNDICES	33

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OS SURDOS

Silmara Even Rodrigues da Silva Marques¹

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo observar e analisar como acontece o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua em salas inclusivas para surdos. Nesta investigação é realizada a pesquisa de cunho qualitativo, para a coleta de dados foi realizada uma entrevista com uma aluna surda a fim de conhecer quais as dificuldades ainda existentes relacionadas à Língua Portuguesa como L2. Como aporte teórico deste estudo temos como principais autores Quadros e Schmiedt (2006), Honora & Frizanco (2009) Mori e Sander (2015), Pereira (2014). Acerca dos relatos da entrevista foi possível detectar pontos positivos como a presença de um intérprete nas aulas de Língua Portuguesa, confortabilidade da aluna nas aulas e uma boa relação com a professora, mas ainda muitos problemas atrelados em relação à desenvoltura da leitura e da escrita da aluna, nessa perspectiva são sugeridas uma nova postura do professor de português que junto ao intérprete deve buscar novos métodos de ensino que auxiliem o desenvolvimento do surdo, Foram enfatizados outros aspectos relevantes que devem estar presente na educação dos surdos, o ensino bilíngue na perspectiva da libras como primeira Língua (L1) e a Língua Portuguesa como (L2) , a inclusão em salas de aula comum, e também metodologias diferenciadas que se adequem às necessidades do surdo principalmente com o uso de recursos visuais.

Palavras-chave: Educação dos surdos. Língua portuguesa como L2. Métodos de ensino.

1 INTRODUÇÃO

A educação dos surdos aconteceu por muitos anos exclusivamente pela oralização, a única forma de aprendizagem era a língua portuguesa na modalidade escrita e oral, a partir dela eles tinham que aprender a língua como um código igualmente aos ouvintes. Com o passar dos anos observou-se que aquele tipo de aprendizagem oferecida a eles era muito precário, não atendia as necessidades deles e quase sempre não tinha sucesso no desenvolvimento e aprendizado, foi

¹ Graduanda em Letras-Português pela Universidade Estadual da Paraíba - Campus III.
E-mail:silmara_even@hotmail.com

assim que começaram a surgir as mudanças. Assim como afirma Pereira (S.D., p. 03):

Como resultado das pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais, dos resultados insatisfatórios do oralismo e da reivindicação das comunidades de surdos de diferentes países do direito de ter reconhecida a sua língua e a sua cultura, os surdos brasileiros passaram a exigir o reconhecimento da língua de sinais como passível de ser utilizada na educação, bem como o direito de transmissão da sua cultura às crianças surdas.

Todos esses acontecimentos compuseram o cenário para que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) fosse finalmente reconhecida como meio legal de comunicação das comunidades surdas, por meio da Lei Federal nº 10.436, aprovada em 24 de abril de 2002 [...]. Essa lei é conhecida como a Lei de Libras e é um marco histórico na trajetória de construção da identidade surda e da luta pelos direitos humanos dos surdos no Brasil.

Ainda assim, nem todas as escolas ou instituições aderiram à essa nova concepção de educação para os surdos, só após a aprovação do decreto Federal nº 5.626 no dia 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) foi que se atribuiu a possibilidade de aprendizado de duas línguas, sendo Libras (Língua de Sinais Brasileira) como (L1) e a Língua Portuguesa (L2) ou seja sua primeira língua que também podemos designar como materna seria a Libras, assim como o português seria a segunda língua na modalidade escrita. Pensando nisso, refletimos sobre como acontece o ensino de português atualmente como L2 para o público surdo.

O interesse de construção dessa pesquisa surgiu de quando comecei minha vida acadêmica no curso de Licenciatura em Letras Português, e foi mais a fundo a partir das aulas da disciplina de Libras, muitas perguntas sem respostas e o desejo de compreender mais sobre a educação dos surdos, me ocasionaram a vontade de buscar mais conhecimentos sobre o assunto, a fim de contribuir sobre a discussão do ensino de Língua Portuguesa para os surdos.

Para os surdos a língua de sinais é necessária para o melhor desempenho na sala de aula tendo em vista sua necessidade, Por ser uma língua visual-espacial e não dificultar a sua compreensão, os autores a seguir também ressaltam que:

A língua de sinais é a única língua a qual a criança surda pode aprender sem nenhum atraso de desenvolvimento e isto é fundamental para o desenvolvimento da sintaxe, que parece ser o ponto crucial do desenvolvimento da linguagem e possui um período crítico para o seu desenvolvimento. (BOUVET, PENFIELD E ROBERTS apud KARNOPP, 2002, p. 25).

Embora, com o decreto Federal n ° 5.626, vale salientar que muitas escolas ainda hoje encontram dificuldades em realizar o ensino bilíngue, e acabam ensinando o aluno surdo da mesma maneira que um ouvinte, e utilizando uma forma de ensino antiga e inadequada como apontam Quadros e Schmiedt (2006, p. 23):

No entanto, atualmente a aquisição do português escrito por crianças surdas ainda é baseada no ensino do português para crianças ouvintes que adquirem o português falado. A criança surda é colocada em contato com a escrita do português para ser alfabetizada em português seguindo os mesmos passos e materiais utilizados nas escolas com as crianças falantes de português.

Diante de tudo isso, ainda nos cabe esta indagação, atualmente o ensino de Língua Portuguesa acontece realmente como L2 para os surdos? Buscando responder essa problemática existente no Brasil, o presente trabalho tem como objetivo geral: Observar e analisar como acontece o ensino da Língua Portuguesa como L2 na sala de aula inclusiva. Como objetivos específicos: 1) Discorrer sobre a inclusão do aluno surdo nas aulas de Português em salas inclusivas; 2) Identificar as dificuldades no ensino de Língua Portuguesa como L2. Para que possamos contribuir positivamente nessa discussão, em que, muitas vezes, o aluno surdo é excluído, sua cultura não é respeitada e o que realmente acontece é uma vida escolar completamente frustrada.

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi de natureza qualitativa e a coleta de dados foi realizada através de uma entrevista com uma aluna com idade de 16 anos que cursava o 2º ano do ensino médio em uma Escola Estadual na cidade de Lagoa de Dentro – PB. A entrevista foi feita com a elaboração de 5 perguntas discursivas feitas pela pesquisadora e traduzida em Libras, a aluna através de uma intérprete disponibilizada pela escola e assim transcrita para o português, que mais adiante vai ser exposta na análise de dados com a intenção, sobretudo, de conhecer e compartilhar nessa pesquisa as experiências adquiridas de cada um sobre o Português como L2.

Para uma melhor compreensão e apresentação, este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos sobre a história da educação dos surdos analisando os avanços e as dificuldades ainda existentes. Já no segundo capítulo, analisaremos o português como L2 para os surdos, focalizando a utilização do ensino bilíngue nas salas inclusivas, e, por fim, no terceiro capítulo, serão

expostos os resultados e discussões destacando os aspectos relacionados à língua portuguesa como L2.

2 UM OLHAR VOLTADO À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E SUAS METODOLOGIAS DE ENSINO

A educação dos surdos foi concebida e aplicada de diferentes maneiras ao longo do tempo, seja por visões ou práticas que violavam seus direitos e sua dignidade como seres humanos, seja por avanços que trouxeram direitos para os mesmos e tentam adotar um viés mais inclusivo. Assim, esse tipo de educação, felizmente, sofreu modificações ao decorrer do tempo, como explanaremos a seguir:

Uma das primeiras concepções de surdo que se tem notícia remota à antiguidade, em que os mesmos eram considerados não humanos, seres patológicos e que não tinham direito a vida, como relata Nascimento (2006, p. 257):

Iniciando a história na antigüidade (sic), relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado.

Desse modo, a criança surda era submetida à mortes bárbaras, pelo simples fato de não ser ouvinte, sendo a mesma considerada inútil:

Segundo Honora & Frizanco (2009), Já na Idade Média, sob forte poder da Igreja Católica, a visão de surdo como não humano ainda pairava, pois o homem para essa instituição tinha que oralizar para ser considerado imagem e semelhança de Deus. “[...] Portanto, os que não se encaixavam neste padrão eram postos à margem, não sendo considerados humanos” (Ibid., p. 19).

Ainda conforme essas autoras, devido a interesses econômicos da igreja essa concepção começa a mudar, o surdo (nobre) que antes não podia se confessar, por não ter uma língua inteligível e era considerado mortal, agora passa a ter direito a percepção por monges. Pode-se dizer que esse fato foi a primeira tentativa de “educar” os surdos.

É somente no século XVI que surgem os primeiros passos no sentido de educar de fato, surdos e também integrá-los à sociedade, pois até o final da Idade Média estes estavam condicionados à medicina ou à igreja. É nesse século que

começam a aparecer nomes pioneiros na educação dos surdos: Gerolamo Cardano (1501-1576), Pedro Ponce de Leon (1510-1584), Juan Pablo Bonet (1579-1633), Charles-Michel de L'Épée (1712-1789), este último foi considerado pai dos surdos, sendo ele o fundador da primeira escola pública no mundo para surdos, no ano de 1760, em Paris.

Com o passar dos séculos, a educação do surdo foi ganhando mais estudiosos, na Europa e no mundo, interessados a educar surdos sem ser pelo método oral, sendo só a partir do final do século XVIII que surgiram as primeiras instituições voltadas para o ensino dos mesmos. Tal século é, pois:

[...] considerado por muitos o período mais próspero da educação dos Surdos. Neste século, houve a fundação de várias escolas para Surdos. Além disso, qualitativamente, a educação do Surdo também evoluiu, já que, através da Língua de Sinais, eles podiam aprender e dominar diversos assuntos e exercer diversas profissões (HONORA & FRIZANCO, 2009, p. 22).

Um marco que representa um retrocesso na história da educação do surdo foi o II Congresso Internacional de Surdos-Mudos ou Congresso de Milão, realizado no ano de 1880, na Itália, e tendo como principal defensor Alexander Graham Bell, no qual o método oral puro – oralismo² – foi aprovado como a melhor maneira de educar surdos.

A partir desse congresso, a língua de sinais foi terminantemente proibida, ou seja, os surdos para se comunicar teriam que usar a oralização, nesse congresso foi defendido que:

"[...] só através da fala o indivíduo surdo poderá ter seu desenvolvimento pleno e uma perfeita integração social. Desse modo, o domínio da língua oral torna-se condição básica para sua aceitação em uma comunidade majoritária" (SALLES et al, 2004, p. 55).

Desse modo, a questão do falar volta a se sobressair sobre a língua de sinais, bem como podemos notar que a surdez é vista na visão clínico-terapêutica, pois se torna algo que deve ser curado, isto é, uma doença:

² “[...] o Oralismo ou filosofia oralista visa à integração da criança com surdez na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). Para alguns defensores desta filosofia, a linguagem restringe-se à língua oral sendo por isso mesmo esta, a única forma de comunicação dos surdos. Acreditam assim que para a criança surda se comunicar é necessário que ela saiba oralizar” (POKER, S.D. p. 05).

Durante muito tempo as discussões a respeito da educação de surdos são impregnadas de uma visão médico-clínica. Essa postura foi assumida pela filosofia oralista, que acredita na normalização, preconizando a integração e o convívio dos portadores de surdez com os ouvintes somente através da língua oral. Com a busca da equivalência ao ouvinte, prioriza-se o ensino da fala como centralidade do trabalho pedagógico. A metodologia é pautada no ensino de palavras e tais atitudes respaldam-se na alegação de que o surdo tem dificuldade de abstração. Aprender a falar tem um peso maior do que aprender a ler e a escrever. Assim, o surdo é considerado como deficiente auditivo que deve ser curado, corrigido, recuperado (Ibid., p. 55-56).

A prática da metodologia oralista durou décadas e foi marcada por insucessos no que diz respeito a educação dos surdos. Muitos não se integraram ao método oralista e foram considerados retardados. Somente a partir 1970 esse método é extinguido e substituído pelo método da Comunicação total, que:

“[...] traz como princípios que toda forma de comunicação é válida na tentativa de que a criança deficiente auditiva tenha uma língua: fala, leitura orofacial, treinamento auditivo, expressão facial e corporal, mímica, leitura e escrita e sinais” (HONORA & FRIZANCO, 2009, p. 15).

Esse método, apesar de não ser o ideal, é mais flexível e permitia ao surdo a comunicação por meio de da língua de sinais e do meio oral.

Um grande marco na história da educação dos surdos foi a descoberta do William Stokoe, na década de 1960, em Washington – EUA. Esse estudioso é o pioneiro a apontar que a língua de sinais americana possuía aspectos linguísticos.

“[...] O professor Stokoe se dá conta de que a língua de sinais americana é uma língua natural, completa e complexa, usada pela sociedade surda americana e que possuía aspectos linguísticos de estruturas da linguagem humana” (MORI; SANDER, 2015, p. 07).

A partir dessa descoberta, de acordo com esses autores, a educação dos surdos ganha um reforço no sentido de persistir em avanços na educação dos mesmos.

Nos dias atuais a metodologia mais difundida para a educação dos surdos é o Bilinguismo, que conforme Honora e Frizanco (2009), foi criado na Suécia. Esse método tem como preceito a aquisição de duas línguas, a língua de sinais como língua materna ou primeira língua e a língua da comunidade ouvinte como segunda língua. “[...] Nesse caso, a fala é vista como uma possibilidade e não como uma obrigação” (Ibid., p. 15).

2.1 História da educação dos surdos no Brasil e a Legislação Vigente

Os registros da história da educação dos surdos no Brasil se iniciam no Segundo Império, com a vinda de francês Hernet Huet e sua esposa, em 1855. Este era surdo e ex-aluno do Instituto de Paris. Huet trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais, e a partir dela oficializa-se a Língua Brasileira de Sinais sofrendo forte influência da língua francesa, como afirmam Honora & Frizanco (2009).

Em média dois anos após a chegada de Hernet Huet, com o aval de dom Pedro Segundo³, é criado Instituto de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro (o primeiro do Brasil), em 27 de setembro de 1857. Esse Instituto existe até hoje, sendo chamado atualmente de Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES.

A escola do INES era o ponto de convergência e referência dos professores de surdos e dos próprios surdos da época. Eles usavam a língua de sinais francesa, trazida por Huet, e misturavam com a existente no país. Essa mistura originou mais tarde a língua brasileira de sinais – Libras, que usamos hoje. Assim como as línguas orais, as línguas de sinais se constituem de outras já existentes (MORI; SANDER, 2015, p. 10).

Consoante Honora & Frizanco (ibid.), o Instituto, de início, utilizava a língua de sinais na educação dos surdos, porém em 1911, devido as influências do Congresso de Milão, passa a adotar o oralismo. Dessa forma, conforme as regras dessa metodologia, os surdos não podiam usar sinais, sendo que, muitas vezes, eram submetidos à violência para não usarem a língua de sinais:

[...] os surdos em sua educação passam a ser escravizados diante dos ditames do oralismo, sendo-lhes muitas vezes, atadas suas mãos para se comunicarem visualmente, obrigando a se manifestarem através da oralidade (MORI; SANDER, 2015, p. 07).

O uso da língua de sinais só volta a ser permitido, na década de 1970, a partir do método da Comunicação Total, trazido ao Brasil por Ivete Vasconcelos, educadora de surdos vinda da Universidade de Gallaudet e já na década seguinte o bilinguismo passa a ser propagado, por meio de Lucinda Ferreira de Brito e Eulália

³ "Dom Pedro II tinha grande interesse na educação dos Surdos, pois tinha um neto Surdo, filho da princesa Isabel, que era casada com o conde D'Eu, parcialmente Surdo" (SOARES, 1999 apud HONORA & FRIZANCO, 2009, p. 27).

Fernandes. “[...] Atualmente, estas três filosofias educacionais ainda persistem paralelamente no Brasil” (HONORA & FRIZANCO, 2009, p. 28).

No que diz respeito à legislação, a tentativa de incluir o surdo no meio educacional também se deu de maneira lenta, gradual e preconceituosa, como podemos notar no Código Civil Brasileiro, no ano de 1916, lei nº 3.071, artigo 5º no qual, os surdos eram tidos como pessoas que não podiam exercer sua vontade:

Art. 5º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I - os menores de 16 (dezesesseis) anos;
- II - os loucos de todo o gênero;
- III - os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade;
- IV - os ausentes, declarados tais por ato do juiz (BRASIL, 2003, p. 07).

Somente com a Constituição de 1988, a qual trouxe diretrizes mais democráticas em todos os âmbitos sociais é que, segundo Mori e Sander (2015), se dá os primeiros passos de fato para uma educação mais inclusiva. A partir desse documento, há maior democratização dos direitos de inclusão dos surdos, embora na prática, esses direitos não fossem cumprido, sendo que os próprios surdos e as pessoas engajadas nesse processo tiveram que ir em busca dos seus objetivos, com ressaltam esses autores.

Em termos de leis, temos dois documentos de grande representatividade, a Lei de Libras nº10.436 de 24 de abril de 2002 e o Decreto 5.629 de 22 de dezembro de 2005. O Decreto, entre outras atribuições, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua e torna a Libras disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia. Em síntese, a Lei de Libras e o Decreto:

[...] foram documentos históricos memoráveis para a educação, para a cidadania, para a cultura e identidades surdas em nosso país. A partir de então, nosso país se coloca à frente de muito outros países do mundo, devido à evolução no campo da educação e dos direitos das pessoas surdas. Trata-se de uma legislação moderna, aberta, democrática e que contempla as necessidades das comunidades dos surdos brasileiros (MORI; SANDER, 2015, p. 13).

Dessa maneira, percebe-se que tivemos um grande avanço no que diz respeito às visões que se tinham sobre o surdo, bem como, progressos no que tange a legislação, as quais asseguram direitos e igualdade.

3 A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS AULAS DE PORTUGUÊS

O processo de inclusão vai muito mais além do que apenas o surdo frequentar a escola que fornece uma educação especial, mas sim é necessário um conjunto de fatores que trabalham junto a favor da verdadeira inclusão do aluno.

É dever de todos os profissionais da educação fazer com que seus alunos tenham todos os direitos garantidos e assistidos nos espaços escolares. A equipe pedagógica deve estar devidamente capacitada através da sua formação profissional que juntamente com todo o corpo docente e demais funcionários devem garantir que o aluno surdo seja incluído no espaço escolar. É função da escola oferecer profissionais especializados para atender a pessoa surda, assim como realizar atendimento justo, garantindo equidade no ambiente escolar. Segundo Os autores Amorin, Costa e Walker (2015) a inclusão:

[...] é uma conquista que exige muito estudo, trabalho e dedicação de todos os envolvidos no processo do aluno: aluno surdo e ouvinte, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e demais elementos da escola (p. 02).

Percebe-se que as escolas regulares precisam adaptar o ambiente escolar para receber os surdos. São necessários profissionais capacitados para mediar o conhecimento dos alunos, pois sem essa mediação não há como haver inclusão, Sobre a problemática que envolve a inclusão de alunos surdos, Gomes (2014, p. 17) aponta:

Isso ocorre por não haver conhecimento da língua de sinais pela maioria dos professores e, também por falta de esclarecimentos aos docentes sobre encaminhamentos metodológicos de ensino específico para surdos.

Para que haja inclusão do aluno surdo o professor de língua portuguesa deve perceber a necessidade de trabalhar diferentes propostas pedagógicas em suas aulas, assim como buscar conhecer a língua de sinais mesmo que não seja intérprete, pois é necessário que o docente tenha algum conhecimento nessa área.

Ter acesso a língua de sinais é um direito do estudante surdo, pois ela é a sua língua materna. Nodari (2013) acrescenta que ao possibilitar a interação em sala

de aula o docente ajuda o aluno a desenvolver suas potencialidades e reconhecer suas habilidades.

Para oferecer uma aula interativa ao aluno surdo, o professor de Língua portuguesa precisa ter um conhecimento de Libras e buscar compreender da melhor maneira possível a Língua Brasileira de Sinais, a cultura e identidade surda, pois o conhecimento nessa área o fará lecionar para todos com equidade. Sobre a prática docente de professores e seu contato com a língua brasileira de sinais, Gomes (2014, p, 18) acrescenta:

Os professores que estão hoje na linha de frente de ensino estão acostumados com o ensino da grafia da língua portuguesa como representação grafêmica dos fonemas da língua oral (no processo de alfabetização), o que é perfeitamente natural para alunos ouvintes, mas se torna uma prática completamente inviável para os surdos que não possuem acesso à língua portuguesa na sua modalidade falada.

É de fundamental importância que o docente saiba que aprender Libras é uma necessidade, visto que para garantir a inclusão de seus alunos ele precisa saber conduzir melhor sua aula, trazendo o português ao surdo como segunda língua, na modalidade escrita, que deve ser realizado baseado no visual com metodologia diferenciada.

Ao aprender um pouco sobre Libras o professor não substitui a presença de um intérprete em sala de aula, o conhecimento adquirido transforma o ambiente escolar e faz o docente refletir sobre a maneira de trabalhar propostas pedagógicas que sejam significativas para seus educandos.

A língua brasileira de sinais é a segunda língua para os ouvintes e a primeira língua para os surdos, ao aprender Libras o docente se dispõe a realizar uma aula mais dinâmica, fazer trabalhos que envolvam alunos ouvintes e alunos surdos, assim como valorizar a língua do seu aluno. Ao realizar o processo de intervenção quando aprende a Língua de Sinais, o docente trabalha a inclusão em sala de aula e leva seu aluno a acreditar em seu potencial.

O professor de língua portuguesa segundo Andrade, Araújo e Monteiro (2015), deve aproveitar os recursos que a escola oferece para a inclusão dos alunos surdos, é preciso usar os equipamentos que ela oferece, para que assim haja uma maior interação. O docente deve usar esses equipamentos para facilitar a

aprendizagem do aluno e incentivá-lo no desenvolvimento de suas competências no conhecimento de mundo e científico.

Todo conhecimento do aluno deve ser valorizado pelo professor, o estudante surdo é um agente transformador da sociedade assim como um aluno ouvinte. Por isso, ele precisa de atenção e respeito.

Nesse sentido, a inclusão dos alunos surdos deve ser vista com um novo olhar, pela escola, profissionais, família e todos aqueles que estão envolvidos nesse processo, respeitando assim as diferenças e dificuldades de cada um, buscando através de um trabalho em conjunto propiciar uma verdadeira educação inclusiva.

4 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS

O processo de aprendizagem dos surdos por muito tempo se perpetuou em uma educação pautada no oralismo, a língua portuguesa na modalidade oral era única e baseada na língua como código. Consequentemente uma comunicação totalmente imposta pelo uso da fala a pessoas que não conseguiam ouvir sons, ocasionou um fracasso imenso no aprendizado e no desenvolvimento, uma vez que as crianças surdas em sua maioria eram filhas de pais ouvintes quando tinham um primeiro contato com a escola chegavam sem ter uma língua propriamente construída. Vejamos o que a diz a autora Pereira (2014. p. 146):

A adoção da concepção de língua como código na educação de surdos resultou no ensino sistemático e padronizado da Língua Portuguesa, uma vez que, diferentemente dos ouvintes, a maioria dos alunos surdos, principalmente os filhos de ouvintes, chega à escola sem uma língua constituída. Visando ao aprendizado da Língua Portuguesa, o professor iniciava com a exposição dos alunos surdos a palavras e prosseguia com a utilização destas palavras em estruturas frasais, primeiramente simples e depois cada vez mais longas e morfossintaticamente mais complexas. Por meio de cópias, ditados, exercícios de repetição e de substituição de elementos da frase esperava-se que os alunos memorizassem as estruturas frasais trabalhadas e as usassem. Quando eram apresentados textos, os mesmos eram curtos, com vocabulário e estruturas frasais adaptados pelo professor ao nível linguístico dos alunos.

Através de um ensino mecanizado os surdos apenas decodificavam sem aprender de fato a língua portuguesa, eles não compreendiam o que lhes era ensinado, o que ocasionou cada vez mais o desinteresse dos alunos, essas

dificuldades de aprendizado foram atribuídas à surdez como uma deficiência, devido aos grandes números dos maus resultados, provenientes do ensino de língua portuguesa. Só a partir de vários estudos ficou claro que o problema não estava nos surdos, mas sim quanto à forma como estava sendo ensinada, a necessidade da comunicação através da língua de sinais foi nítido, assim também como Salles, Faulstich, Carvalho e Ramos (2004, p. 77) apontam que:

A aquisição de uma língua oral por surdos remete a questões complexas, tanto ponto de vista cognitivo da representação mental do conhecimento linguístico (sic), quanto do ponto de vista cultural, social e afetivo. É consenso que a língua de sinais, por suas características de língua visuo-espacial, constitui a modalidade ideal na aquisição de L1 pelo surdo. De fato, as características e os estágios da aquisição da língua de sinais por surdos podem ser comparados aos da aquisição da língua oral por ouvintes, o que aponta para resultados semelhantes na representação mental do conhecimento linguístico, com implicações idênticas para o período crítico, entre outros aspectos relativos ao desenvolvimento de habilidades cognitivas.

Desse modo era perceptível que aquele padrão de ensino de língua não atendia as necessidades do sujeito surdo, que era sim preciso haver mudanças significativas, Segundo Quadros e Schmiedt (2006, p.13), As Línguas “expressam a capacidade dos seres humanos para a linguagem, expressam as culturas, valores e os padrões sociais de determinado grupo social.” Mais do que decodificar uma língua o importante é expressar o que realmente aquele aluno sabe através principalmente do seu conhecimento de mundo, das suas vivências, de modo a valorizar sua própria cultura, preservando sempre sua verdadeira identidade.

Diante do fracasso dessa proposta de ensino baseada apenas no oralismo, surge um novo modelo a partir do Decreto nº 5.626/2005, Vejamos o que esse processo assegura nas instituições:

III - prover as escolas com:

- a) Professor de Libras ou instrutor de Libras;
 - b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
 - c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
 - d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;
- IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;
- V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;
- VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto

semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva. (BRASIL, 2005).

A partir desse decreto, oficializa-se então a educação bilíngüe, o português se torna a segunda língua na modalidade escrita, e a língua de sinais ganha espaço de primeira língua, trazendo ao surdo o reconhecimento de diferença e não deficiência como era visto antes, garantindo assim uma vida escolar com igualdade em relação aos alunos ouvintes.

4.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OS SURDOS

O ensino de Língua Portuguesa como L2, trouxe ao surdo a possibilidade de uma aprendizagem lingüística adequada, uma vez que no momento em que a língua de sinais é introduzida como materna, facilitará de uma maneira propícia o desenvolvimento geral do sujeito surdo. No ensino bilíngüe de L1 e L2 salientamos que nenhuma língua será mais importante que a outra, mas é preciso que as duas caminhem junto de maneira correta para que o processo de aprendizagem aconteça plenamente.

O ensino do Português pressupõe a aquisição da Língua de Sinais Brasileira - "a" língua da criança Surda. A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino- aprendizagem do Português. A idéia (sic) não é simplesmente uma transferência de conhecimento da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 24).

Embora com todos os ganhos na educação dos surdos, muitos problemas com o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa ainda existem, desde o início do processo educacional da criança com o primeiro contato com a escola, até o ensino médio. Uma das principais dificuldades para a aquisição do português se dá pelo primeiro contato com a sala de aula, as crianças que em uma grande maioria são

filhas de pais ouvintes chegam ao ambiente escolar sem saber o que é uma língua. Segundo Amorim Apud Silva, Diodato, Sousa (2016. SP), os surdos:

[...] não têm conhecimento suficiente do português para serem alfabetizados nesta língua e nem conseguem entender o português, por faltar-lhes uma prévia compreensão do que seja uma língua, já que não possui nenhuma.

O professor tem um papel fundamental na aquisição do português como L2, desde a metodologia que deve ser usada, quanto às práticas de ensino que devem ser adotadas para este público, já que deve ser de forma diferenciada dos ouvintes, sempre respeitando sua cultura.

O ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, como segunda língua para sujeitos surdos, pode ocorrer desde que os processos educacionais respeitem o desenvolvimento linguístico desses indivíduos; que os responsáveis pela educação, nos diferentes níveis de ensino, conheçam as particularidades linguísticas e as questões que envolvem seu desenvolvimento/aprendizagem; que as práticas de ensino pensadas para esta comunidade sejam delineadas e continuamente refletidas (LODI, 2013, p. 181).

Para um aprendizado eficaz de Língua Portuguesa como L2, é preciso que os métodos dos professores sejam diferenciados para os alunos surdos e para os alunos ouvintes uma vez que Libras é uma língua visual-espacial e o português é oral-auditivo. Buscando sempre atender todas as necessidades do surdo, trazendo para sala, aulas atrativas com recursos audiovisuais, priorizando trazer o conhecimento ao surdo da língua escrita. Reily (2003, p. 16) afirma que

as crianças surdas em contato inicial com a língua de sinais necessitam de referências da linguagem visual, com as quais tenham possibilidade de interagir, para construir significado.

Ou seja, mesmo utilizando a Libras o aluno surdo necessita da imagem para que através dessa visualização para concretizar os significados.

Por tudo isso, percebe-se que mesmo em meio a tantos avanços no ensino de língua portuguesa para os surdos, ainda é necessário novos métodos da escola em conjunto com o professor, bem como a capacitação adequada para todos os envolvidos neste processo, para assim elucidar com todas as dificuldades e barreiras ainda existentes,

5 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Em um primeiro momento, vamos entender qual o conceito sobre pesquisa que adotamos neste trabalho, segundo Pádua (1996, p. 96):

Tomada num sentido amplo, pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações.

Nessa perspectiva, em um caráter geral, a pesquisa é um processo cujo objetivo é descobrir novos conhecimentos a partir de uma investigação a um determinado assunto, com essas definições podemos compreender qual a relevância de um projeto de pesquisa, sendo interessante observar que seja qual for o tipo de abordagem o foco sempre será o conhecimento.

Buscando compreender e explorar sobre como acontece, atualmente, o ensino de língua portuguesa como L2 para surdos utilizamos a abordagem qualitativa, que nos permite um olhar mais amplo e rico sobre o tema, para que possamos refletir melhor sobre como funciona esse tipo de pesquisa, vejamos adiante o que Godoy (1995, p. 25) afirma:

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de Pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas.

Nessa perspectiva, observamos que as pesquisas qualitativas não se atem aos resultados ou números encontrados mas sim em retratar o verdadeiro contexto do processo de estudo. Assim, verificamos o quanto esse tipo de pesquisa é relevante e pode se redefinir ao longo de sua trajetória. Esse detalhe nos permite uma abordagem real para a observação e interpretação da análise dos dados em questão.

Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados desse estudo, em um primeiro momento, temos a entrevista que de acordo com Gil (2008, p. 109):

[...] é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que lhe interessam a investigação.

Ou seja, é o processo que se dá pelo encontro do entrevistador e o entrevistado com a finalidade de obter informações sobre determinado assunto de uma pesquisa. A escolha por esse método se deu por vários fatores: a obtenção rica e com detalhes das informações, a maneira como se dá o processo pelo fato de ser feito face a face e nos permitir registrar tudo com mais precisão e flexibilidade dos entrevistados.

Podemos enquadrar, também, mais dois tipos de pesquisa como procedimento, sendo elas: A Pesquisa de Campo e o estudo de caso, que de acordo com Heerdt e Leonel (2007, p. 83):

O estudo de campo é um tipo de pesquisa que procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizado por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes que captam as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Nesse sentido, essa técnica de pesquisa também é de suma importância para esse estudo, pelo fato da procura de mais aprofundamento sobre o determinado tema.

Numa perspectiva de uma investigação ampla, também utilizamos o estudo de caso que segundo Heerdt e Leonel (2007, p. 82):

[...] pode ser definido com um estudo exaustivo, profundo e extenso de uma ou de poucas unidades, empiricamente verificáveis, de maneira que permita seu conhecimento amplo e detalhado.

A coleta de dados aconteceu na Escola Estadual da cidade de Lagoa De Dentro – PB. A entrevista se deu com a formulação de 5 perguntas discursivas e semi- estruturadas, foi explanado a aluna sobre qual assunto se tratava e qual a finalidade daquele estudo, após os esclarecimentos foram aplicadas as perguntas pelo entrevistador com o auxílio da intérprete de Libras que traduzia conforme a formulação da entrevista. Buscamos fazer dessa forma para que acontecesse de uma maneira mais confortável, já que ela a acompanha nas aulas de português.

Temos como público alvo uma aluna que cursa o 2º ano do Ensino Médio no turno da manhã.

Na elaboração das perguntas, procuramos focar em conhecer as experiências vividas e o conhecimento adquirido da aluna sobre o ensino de língua Portuguesa como L2, de como acontece e quais as dificuldades encontradas. Após a coleta para a análise de dados, os resultados obtidos serão demonstrados no tópico seguinte a fim de contribuir com outros pesquisadores em ampliar os conhecimentos sobre o tema. O roteiro com as perguntas para a formulação da entrevista fará parte dos anexos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista com a aluna surda aconteceu no dia 06 de maio de 2019, a cerca das suas respostas e os seus posicionamentos, analisaremos afim da legitimação deste trabalho, fornecendo assim um conhecimento amplo e detalhado. Ratificamos que foram feitas cinco perguntas subjetivas, as quais estarão apresentadas no quadro, juntamente com suas respectivas respostas.

QUADRO 1

PERGUNTA Nº 1	RESPOSTA
Você Tem aulas da disciplina de Português? O que você acha das aulas? Explique.	Sim, tenho. Eu gosto porque a professora é bem calma nas suas explicações e comigo em sala e isso me passa segurança, me sinto acolhida na sala de aula.

Analisando o quadro 1, foi perceptível ver que a aluna gosta bastante das aulas de Português, principalmente pela forma que ela é tratada em sala pela professora, sentindo-se confortável ao assistir as aulas. Outro ponto a se observar é que ela também se sentiu incluída, um fator muito positivo para sua aprendizagem, pois com uma boa interação entre ambas de início, já facilitará o seu desenvolvimento na aquisição da língua portuguesa como L2. O fato de estar em um mesmo ambiente com alunos ouvintes não a proporcionou desconforto, isso é muito

plausível, pois nem sempre acontece dessa forma, muitas vezes, o aluno surdo não se sente acolhido e logo se sente excluído como aponta Pedreira em sua fala:

Os (as) alunos (as) Surdos (as), quando perguntados (as) sobre como se sentiam estudando com os (as) ouvintes, quase a totalidade deles (as) afirmou que tal situação exige muito sacrifício, paciência e esforço, o que se contrapõe ao objetivo fundamental da educação inclusiva, de acolher todas as diferenças em ambientes que proporcionem uma educação de qualidade para todos (as) (2007, p. 03).

Nessa perspectiva, muitas vezes o aluno surdo perde totalmente a motivação e o interesse em estudar, pela forma como é tratado em sala de aula, e assim acarretando mais dificuldades para o seu desenvolvimento, felizmente com essa aluna percebemos uma boa interação na sala com a professora.

QUADRO 2

PERGUNTA Nº 2	RESPOSTA
Você tem dificuldades em aprender esta disciplina? Se tiver aponte quais são elas.	Tenho, Minha maior dificuldade é compreender os assuntos que envolvem mais a leitura e a escrita.

Percebemos a grande dificuldade em compreender assuntos que envolvam a leitura e a escrita e isso se dá porque os surdos dependem de vários fatores para poder desenvolver bem o processo cognitivo de ler e escrever, sabendo dos aspectos visuais espaciais que o surdo utiliza, pois diferente dos ouvintes que ouve para aprender e compreender a escrita, ele irá aprender pelo seu conhecimento lexical e visual, através dos seus estudos Fernandes (2003) elaborou uma metodologia com 5 etapas que devem se fazer presentes na construção de atividades que fazem uso da leitura e escrita como veremos a seguir:

1.Contextualização visual do texto; 2. "Leitura" do texto em Libras (ativação de conhecimento prévio de elementos lexicais, gramaticais e intertextuais); 3. Percepção de elementos lingüísticos significativos, com funções importantes no texto, relacionados à sua tipologia e estilo/registo; 4. Leitura individual/verificação de hipóteses de leitura; 5. (Re)elaboração escrita com vistas à sistematização de aspectos estruturais (p. 150-151).

Observando essa metodologia sugerida por Fernandes, percebemos que a falha está nos métodos de ensino adotado pelas escolas nas aulas de português, sem enfatizar as potencialidades dos surdos, Segundo Góes (2012, p. 3):

[...] as pessoas surdas, mesmo depois de terem passado por um longo período de escolarização, apresentam dificuldades no uso da língua escrita. Na verdade, as limitações nessa esfera não são exclusivas das experiências escolares de surdos, nem inerentes à condição de surdez: um dos principais problemas está nas mediações sociais dessa aprendizagem, mais especificamente, nas práticas pedagógicas que fracassam também na alfabetização de ouvintes.

Desse modo observamos o quanto os métodos de ensino direcionados aos surdos são de suma importância para o seu desenvolvimento lingüístico, se o profissional trabalha seguindo essa metodologia diferenciada citada pelo autor, conseqüentemente o seu aluno que não consegue atribuir sentido às palavras pelos sons, mais pelo uso de recursos visuais entre outros vai aprender tanto quanto aquele que consegue ouvir.

QUADRO 3

PERGUNTA Nº 3	RESPOSTA
Nas aulas de Português a intérprete sempre se faz presente? Como se dá a interação entre você, a professora e a intérprete? Explique:	Sim. A relação com a intérprete e a minha professora de português é muito boa, com o auxílio da interprete a aula fica mais fácil de entender o assunto, se ela um dia não pode vir eu fico totalmente perdida.

Pode-se observar na resposta da aluna que existe uma boa interação entre as profissionais, outro ponto a destacar é que ela deixou bem claro que a presença da Intérprete de Libras facilita significativamente o seu entendimento para com as aulas, isso só comprova o quanto é importante a língua de sinais no seu aprendizado, e que cada profissional tem sua função, pois mesmo com presença do professor a aluna não consegue entender o assunto específico, Quadros (2004, p. 29-30) deixa bem claro o papel distinto de cada profissional e que às vezes é

confundido por pessoas que não tem conhecimento adequado sobre o assunto, vejamos o que ele diz a seguir:

Na verdade, os professores são professores e os intérpretes são intérpretes. Cada profissional desempenha sua função e papel que se diferenciam imensamente. O professor de surdos deve saber e utilizar muito bem a língua de sinais, mas isso não implica ser intérprete de língua de sinais. O professor tem o papel fundamental associado ao ensino e, portanto, completamente inserido no processo interativo social, cultural e lingüístico. O intérprete, por outro lado, é o mediador entre pessoas que não dominam a mesma língua abstendo-se, na medida do possível, de interferir no processo comunicativo.

Sabendo da importância de cada um, é preciso que o profissional exerça sua função conforme sua qualificação e também se faz necessário haver uma boa relação e parceria entre professor e intérprete para que o desenvolvimento do aluno surdo aconteça da maneira mais eficiente possível.

QUADRO 4

PERGUNTA Nº 4	RESPOSTA
As aulas de Português são atrativas para você? Cite alguma aula que lhe marcou?	Sim, Porque sempre a professora usa vídeo aulas ou imagens para explicar os assuntos e dessa maneira eu consigo entender melhor as aulas. A aula de Português que mais me marcou foi um vídeo falando sobre sentimentos e eu tive que escolher quatro deles para depois fazer um texto.

Observando a fala da aluna, percebemos a grande relevância sobre o uso de recursos visuais para o ensino dos surdos, e isso é claramente explicado, pois a imagem potencializa a construção de sentidos deles. Segundo Damazio (2007, p. 45)

O Atendimento Educacional Especializado para aprendizagem da Língua Portuguesa exige que o profissional conheça muito bem a organização e a estrutura dessa Língua, bem como, metodologias de ensino de segunda língua. O uso de recursos visuais é fundamental para a compreensão da

Língua Portuguesa, seguidos de uma exploração contextual do conteúdo em estudo;

Diante das considerações apresentadas, os educadores devem introduzir nas suas aulas recursos que ajudem no desenvolvimento do surdo, sabendo que as utilizações de métodos visuais são primordiais para isso, é importante que o professor busque trazer para dentro da sala de aula atividades com o uso imagens, vídeos para que assim motive e dialogue com o aluno.

QUADRO 5

PERGUNTA Nº 5	RESPOSTA
Aponte algumas sugestões para as aulas de Língua Portuguesa. Justifique.	Seria interessante que tivesse mais trabalhos do que provas, o uso de vídeo aula e atividades com o uso de imagens.

O professor por sua vez tem que estar atento as necessidades do seu aluno para atendê-las da melhor forma, buscando sempre por metodologias diferenciadas para que assim seja produzida uma educação de qualidade. Pensando nisso o Ministério da Educação e Cultura – MEC – por meio de documentos oficiais enfatizam que:

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuação frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação para que atenda realmente a todos os educandos (BRASIL, 1998, p. 33).

Sendo assim é preciso que o foco principal seja a aprendizagem do surdo independente da maneira que aconteça, cada pessoa tem suas particularidades e são através delas que o docente deve procurar a maneira mais viável de trabalhar em sala com cada um, visando sempre atingir o máximo do desenvolvimento do aluno.

7 CONCLUSÃO

Diante deste artigo, que teve o intuito de conhecer como se dá o ensino de Língua Portuguesa como L2 para surdos, através da fundamentação teórica abordada teve-se um conhecimento detalhado da história da educação dos surdos, A inclusão do aluno surdo e o ensino de língua portuguesa para surdos, e com a realização da entrevista a aluna surda, podemos observar e esclarecer vários aspectos relacionados à educação com o ensino trelado a Língua Portuguesa oferecido aos surdos.

Em relação à entrevista, analisando todo o seu posicionamento ficou evidente que a aluna tem uma boa relação com a professora, gosta das aulas de português, mais que ainda existem lacunas no ensino da Língua Portuguesa, muitas delas relacionados à leitura e a escrita, mesmo com tantos anos de estudo, pois ela já está no ensino médio, ainda não foi possível extinguir suas dificuldades em ler e escrever. Em sua fala pontuamos que a intérprete sempre está presente nas aulas de português e assim permite mais facilidade para o seu entendimento, mas isso não garante o seu desenvolvimento por completo, se faz necessários vários outros fatores relacionados às dificuldades de cada aluno.

Este estudo enquanto pesquisa é de grande relevância para este tema abordado, através da sua investigação e dos resultados obtidos, enriquecerá de forma reflexiva os profissionais e pesquisadores da educação dos surdos. Quanto a mim como pesquisadora expandiu meus conhecimentos, e proporcionou um novo olhar em relação ao sujeito surdo, assim me proporcionando uma grande satisfação poder contribuir com esse estudo para a sociedade.

Assim, concluímos que para uma boa aquisição e o desenvolvimento da língua portuguesa para os surdos como segunda Língua é preciso o uso do ensino bilíngue, a inclusão dentro da sala de aula, profissionais capacitados para, desse modo, fazerem uso de metodologias diferenciadas, principalmente com recursos visuais nas aulas, atividades, buscando sempre o melhor para atender as necessidades específicas, incentivando assim a potencialidade do aluno surdo.

ABSTRACT

This article aims to observe and analyze how Portuguese language teaching happens as a second language in inclusive rooms for the deaf. In this research the qualitative research is carried out, for the data analysis an interview is made with a deaf student in order to know what difficulties still exist related to the Portuguese Language as L2. As a theoretical contribution of this study we have as main authors Quadros and Schmiedt 2006, Honora & Frizanco (2009) Mori and Sander (2015), Pereira (2014). Around the interview reports, it was possible to detect positive points such as the presence of an interpreter in Portuguese language classes, the student's comfort in class and a good relationship with the teacher, but still many problems related to the ease of reading and writing. In this perspective, a new posture of the Portuguese teacher is suggested, who together with the interpreter should seek new teaching methods that help the development of the deaf, were emphasized other relevant aspects that should be present in the education of the deaf, bilingual education in the perspective of (L1) and the Portuguese Language as (L2), inclusion in common classrooms, as well as differentiated methodologies that suit the needs of the deaf, especially with the use of visual resources.

Keywords: Education of the deaf. Portuguese language as L2. Teaching methods.

REFERÊNCIAS

- AMORIN, M.; COSTA, S.; WALKER, M. **A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino**. Disponível em: <<http://www.ufac.br/portal/unidadesadministrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/a-inclusao-do-aluno-surdo-na-rede-regular-de-ensino>> Acesso em: 15 de maio 2019.
- ANDRADE, Fabíola de; ARAÚJO, Mônica Dias de; MONTEIRO, R.R. **Espaço de Exclusão/Inclusão da Minoria Surda nas Aulas de Língua Portuguesa no 2º e 3º do Ensino Médio de uma Escola em Coari- AM**. Educere. PUC-PR. 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15280961-Espaco-de-exclusao-inclusao-da-minoria-surda-nas-aulas-de-lingua-portuguesa-no-2o-e-3o-ano-do-ensino-medio-de-uma-escola-em-coari-am.html>> Acesso em: 15 maio 2019.
- BRASIL, **Código Civil**: quadro comparativo 1916/2002. Brasília: Senado Federal – Secretaria Especial de editoração e publicação, 2003.
- BRASIL. **Constituição (2005)**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Brasília, DF.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado, Pessoa com Surdez**. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado, Pessoa com Surdez. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf> Acesso em: 10 maio 2019.
- FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação Bilíngue para Surdos: Identidades, Diferenças, Contradições e Mistérios**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24287/T%20-%20FERNANDES,%20SUELI%20DE%20FATIMA%20.pdf?sequence=>>> Acesso em: 05 maio 2019.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2019.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista Administração de Empresas**. São Paulo: v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2019.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 4ª edição revista – Campinas, Ed. Autores Associados, São Paulo 2012.

GOMES, Anderson Spier. **Metodologias do Ensino /Aprendizagem de Língua Portuguesa como L2 para surdos**. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014. Disponível em:
<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3095/1/CT_COLET_2014_1_05.pdf> Acesso em: 18 abr. 2019.

HEERDT, Luiz Mauri; LEONEL, Vilson. **Metodologia Científica e da Pesquisa**. Livro Didático. 5ª edição revista e atualizada. Design instrucional Luciano Gamez. Palhoça UnisulVirtual. 2007. Disponível em:
<http://www.fatecead.com.br/mpc/aula01_ebook_unisulvirtual.pdf > Acesso em: 02 maio 2019.

HONORA, Márcia; Frizanco, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado da Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KARNOFF, Lodenir Becker. Língua de Sinais e Língua Portuguesa: em busca de um diálogo. In: CAMPOS, S. R. L. e TESKE, O. (orgs). Letramento e Minorias. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002. Cap.5, p.56-61.

LODI, A. C. B. Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na educação básica. LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2013.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da Educação dos Surdos no Brasil. In: **Seminário de Pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá, 2015.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. In: **Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.255-265, jun. 2006. Disponível em:
<<https://core.ac.uk/download/pdf/42098408.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2019.

NODARI, Eudir. **A Inclusão de Surdos no Ambiente Escolar e o Ensino do Português Escrito**. Monografia de Especialização, Medianeira, 2013. Disponível em:<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4344/1/MD_EDUMTE_2014_2_34.pdf> Acesso em: 07 abr. 2019

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas : Papyrus, 1996.

Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: MEC/SEF/SEESP, 1998. Disponível em:

<http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Downloads_PCN.PDF> Acesso em 12 maio 2019.

PEDREIRA, Sílvia Maria Fangueiro. *Porque a Palavra não adianta: Um Estudo das Relações entre Surdos/as e Ouvintes em uma Escola Inclusiva na perspectiva intercultural*. Rio de Janeiro: INES. 2007.

PEREIRA, M. C. C. **Ensino da Língua Portuguesa para surdos**. Inesp, S/D. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/252175/1/unesp-nead_reei1_ee_d11_da_texto1.pdf> Acesso em: 15 abr. 2019

PEREIRA, M.C.C. **O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 143-157. Editora UFPR 143. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/11.pdf>> Acesso em 20 abr. 2019

POKER, R. B. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez**. [s.l]: UNESP, s.d. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf> Acesso em: 29 abr. 2019.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília : MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p.: il. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em: 08 maio 2019.

REILY, L. H. (2003). **As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para Pré- escolares surdos**. Em I. R.Silva; S. Kauchakje & Z. M.Gesueli (Orgs.), *Cidadania, Surdez e Linguagem: desafios e realidades*. Cap. IX (pp.161-192).SP: Plexus Editora.

SALLES, Heloísa Maria M. L. et al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: Plano Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol1.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2019.

SILVA, T. M.F; DIODATO, J.R; SOUSA, W.P.A. **O Ensino da Língua Portuguesa escrita, como L2, para estudantes no 5º ano do ensino fundamental**. II CINTEDI, II Congresso Internacional de Educação Inclusiva, II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. 2016.

APÊNDICES

Registros da Entrevista (Entrevistadora, Aluna Surda e Intérprete) 06/05/2019.



